



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

PROJETO DE LEI Nº 029/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 FEV 2011

1º Sec

Súmula: Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

Art. 1º - É vedado praticar qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

§ 1º - Considera-se lixo, para os fins desta lei, todo e qualquer resíduo sólido, orgânico ou inorgânico, de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar ou especial, resultante das atividades diárias do homem em sociedade.

§ 2º - Caracteriza dano ambiental a conduta prevista no "caput" deste artigo.

§ 3º - Não se aplica o disposto no "caput" na hipótese de colocação de lixo em recipiente próprio para coleta pública.

Art. 2º - Pelo descumprimento do art. 1º, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

I - multa de R\$100,00 (cem reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais), proporcional ao dano causado;

II - multa em dobro por reincidência, e assim sucessivamente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 2912
EM 15/02/2011
D. Ordo
FUNCIONÁRIO

Art. 3 - No caso de aplicação de penalidade, é assegurada a ampla defesa e o contraditório, e a multa só poderá ser aplicada após a comprovação da não execução das disposições previstas nesta lei, a ser apurada em processo administrativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões,



HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O meio ambiente equilibrado tem sido a grande preocupação deste século. E que pesem as leis de proteção, vivemos um quadro que merece reflexão quanto aos destinos da humanidade.

Recentes notícias divulgadas na mídia mundial dão conta de que o aquecimento global, responsável por inúmeras catástrofes, é efeito direto do dano ambiental. Segundo informações, se os danos cessassem hoje, a natureza levaria mais ou menos 50 anos para se recuperar.

Dessa forma, a questão ambiental deve merecer efetiva atenção por parte de todos, principalmente das autoridades. Devemos criar mecanismos legais e educar a população visando à proteção do meio ambiente. O legislador constituinte sinalizou claramente nesse sentido: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição Federal).

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 29/2011

Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Junior

Súmula: Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. MULTA DANO AMBIENTAL. DEPÓSITO DE LIXO. LOGRADOURO PÚBLICO E PROPRIEDADE RURAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DEMONSTRADAS. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Ilmo. Deputado Estadual Hermas Junior, tem por finalidade a aplicação de multa por dano ambiental referente a qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e determina especificamente a competência de cada ente, conforme segue:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelece que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;

Desta forma, se pode observar que **há competência do Estado** para legislar sobre a matéria, tendo em vista que o Projeto de Lei em comento está atrelado à proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

Também, no mesmo passo, não se pode dizer que o presente projeto de lei é de competência privativa do Poder Executivo, posto que a matéria aqui tratada não se refere a nenhuma das matérias elencadas nos artigos 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná, pelo que, a iniciativa poderá ser do Poder Legislativo.

É de se ver o disposto nos artigos 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

No mesmo sentido estabelece o artigo n.º 87 dessa
Constituição:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Note-se que a competência privativa do Executivo, se refere à criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado; vale dizer, todo e qualquer Projeto de Lei que venha a alterar a estrutura e atribuições das Secretarias, não se confundindo com competência privativa para dispor sobre a proteção ao meio ambiente.

No mesmo sentido, o Projeto de Lei, igualmente, não vai de encontro à atribuição privativa do Governador, já que não interfere na direção superior da administração estadual; ao contrário, dá apenas o norte na política do meio ambiente sem pretender adentrar na competência do Executivo e na direção superior da Secretaria de Meio Ambiente.

Importante mencionar o contido na Constituição do Estado do Paraná, no que toca às atribuições da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que não deixa nenhuma dúvida sobre inexistência de vício de iniciativa. É de se ver:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

...

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

...

Também, o Projeto de Lei não implica em aumento de gastos e despesas do ente governamental, pelo que, inaplicável o artigo 15 da LC 101/00, já que a fiscalização por parte dos entes estaduais, estão dentre as atribuições da própria Secretaria de Estado de Meio Ambiente, pelo que, não há o que falar em novas despesas ou novos servidores para o fim específico.

Entretanto, tendo em vista o contido no artigo 3, III da LC 95/1998 sugiro a seguinte emenda ao projeto de lei:

"Art. 4. - O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar a presente lei.

Art. 5 – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, com a emenda acima sugerida, posto que **CONSTITUCIONAL, JURÍDICO E LEGAL.**

Sala das Comissões, em 29 de março de 2011

Deputado Alexandre Curi

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2011


De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 029/11 a contar com a seguinte redação:

Art.1º. Fica alterado o art. 4º do Projeto de Lei nº 029/2011, passando a vigorar a com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar a presente Lei.

Art.2º. Fica renumerado o art. 4º do Projeto de Lei nº 029/2011 para art. 5º.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Presidente
19


Cesar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE Parecer ao Projeto de Lei nº 029/11

Projeto de Lei nº 029/2011 - "Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais"

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão Júnior, que teve anexado o PL nº 109/11, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, de mesmo teor, *"Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais"*.

Pretende os autores estabelecer uma punição às pessoas físicas ou jurídicas que dispensarem resíduos sólidos, orgânicos ou inorgânicos, em logradouros públicos, ou ainda em propriedades rurais. Desta forma, pretende-se coibir o destino final inadequado dos resíduos sólidos, que muitas vezes são abandonados em locais públicos ou ainda dispensados em sítios e chácaras sem as devidas licenças ambientais, e assim, sem os cuidados necessários.

Com certeza o projeto de lei vem beneficiar o Meio Ambiente ao impor multas pecuniárias àqueles que depositarem "lixo" em locais impróprios.

Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, ao prosseguimento do projeto de lei.

Sala das comissões, 03 de maio de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Presidente da CEMA


Relator
Dep. PEDRO LUPION


Mar






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão de Direitos Humanos

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 029/2011

Súmula: Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior, com o devido apenso da Proposição de autoria do Deputado Osmar Bertoldi sob nº. 109/2011 que dispõe sobre matéria correlata, visa a aplicação de multa por dano ambiental referente a qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

Nessa esteira a Constituição Federal assim preconiza:

Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (grifo nosso).

Observa-se que a proteção do meio ambiente, como direito reconhecido no âmbito internacional, é consagrado no direito pátrio no art. 225 da Constituição Federal e compreendido como direito fundamental e, por via de consequência, também um dos Direitos Humanos relacionados diretamente à qualidade de vida do ser humano.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Comissão de Direitos Humanos

Assim sendo, observamos que o doutrinador Vladimir Passos de Freitas, na obra "Direito Administrativo e Meio Ambiente", p. 7, assim nos ensina:

"O meio ambiente é, atualmente, um dos poucos assuntos que desperta o interesse de todas as nações, independentemente do regime político ou sistema econômico. É que as consequências dos danos ambientais não se confinam mais nos limites de determinados países ou regiões. Ultrapassam as fronteiras e, costumeiramente, vêm a atingir regiões distantes. Daí a preocupação geral no trato da matéria que, em última análise, significa zelar pela própria sobrevivência do homem."(grifo nosso).

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** de ambos os Projetos de Lei.

Sala das Sessões em, 30 de agosto de 2011.



TADEU VENERI

Presidente



PR. EDSON PRACZYK

Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 029/11 e 109/11

O Projeto de Lei nº 029/11, em análise, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, anexado ao Projeto de Lei nº 109/11, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, dispõem sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.


As Comissões de Constituição e Justiça, Ecologia e Meio Ambiente, e de Direitos Humanos e da Cidadania, ao examinarem os Projetos de Lei exararam parecer favorável, apresentando a primeira uma emenda aditiva.

Esta Comissão chamada a emitir parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, entende tratar-se de proposições que visam penalizar através da aplicação de multas aquele que realizar depósito de lixo em locais públicos e propriedades rurais, com essa medida buscando evitar danos ao meio ambiente, manifesta parecer FAVORÁVEL aos Projetos de Lei em apreço, opinando pela APROVAÇÃO na forma da emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/09/11


Deputado Toninho Wandscheer
Relator


Deputado Dr. Batista
Presidente





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 337/11

Súmula: Declara de utilidade pública estadual o "Projeto Construindo o Futuro", com sede e foro no Município Florestópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o "Projeto Construindo o Futuro", com sede e foro no Município Florestópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública , o “Projeto Construindo o Futuro”, com sede e foro no Município Florestópolis entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a conscientização da sociedade da sociedade em geral para aceitar e integrar os adolescentes, sem marginalização

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 337/2011

Projeto de Lei nº. 337/2011

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o "**Projeto Construindo o Futuro**", com sede e foro no Município de Florestópolis.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS
- PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o "**Projeto Construindo o Futuro**", com sede e foro no Município de Florestópolis.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 2011.

*Set
20
via presidente
Caito Quintana*

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

[Assinaturas manuscritas]

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 342/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2011

Ruy
1º Secretário

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 1º Torna obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação.

Art. 2º Os materiais e instalações utilizadas na implantação do sistema deverão respeitar a Norma Brasileira Registrada (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Art. 3º Todo edital de licitação, para obras de construção ou reforma de prédio público, trará expressamente, a obrigatoriedade da instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na edificação.

Parágrafo único. Fica isento o prédio público em que tecnicamente seja inviável a instalação do sistema, desde que tal condição seja comprovada por meio de estudo elaborado por profissional habilitado que demonstre tal inviabilidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2011.

Luiz Accorsi
LUIZ ACCORSI

Deputado Estadual

Rasca Rodrigues
RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação.

A utilização de energia solar apresenta grandes vantagens tanto econômicas, quanto ambientais por tratar-se de uma fonte limpa e inesgotável que se delineia cada dia mais como uma das grandes soluções energéticas para o planeta. Esta nova alternativa tem crescido significativamente durante os últimos anos, devido à crise do petróleo e das hidrelétricas. Em países como Estados Unidos, Israel, Itália, França, Grécia, Alemanha, Austrália e Japão, a energia solar para o aquecimento da água já é utilizada em massa.

Da mesma forma, a utilização da água da chuva para regar hortas e jardins, lavagem do prédio, descarga de privadas, entre outras utilidades, se reveste de importância tanto econômica, quanto ambiental.

Para tanto, certos do valor da presente proposta, pedimos o apoio dos senhores e senhoras Parlamentares.

R



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI 342/2011

AUTOR: DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE CONSTRUÇÃO PRÉDIOS PÚBLICOS INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO DE ÁGUA E APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA. POSSIBILIDADE. ART. 53, XVII, 66, IV, CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. ART. 24, VI, CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

Síntese:

A proposição n. 342/2011 sob análise desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) objetiva impor a "obrigatoriedade à Administração Pública de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação", quando da construção ou reforma de prédios públicos neste Estado (art. 1º).

Ainda, dispõe que todo edital de licitação trará a obrigatoriedade da instalação destes sistemas (art. 3º), e cria isenção ao prédio público que for tecnicamente inviável a aplicação destes sistemas (art. 3º, parágrafo único).



Fundamentação:

O parecer do Relator Exmo. Deputado César Cilvestri Filho opinou pela inconstitucionalidade do Projeto, em decorrência de vício de iniciativa gerada pelo ferimento à "separação dos poderes" e à competência de "iniciativa privativa do Poder Executivo".

Entretanto, em que pese a ampla fundamentação expendida pelo brilhante Deputado Relator, as imposições tratadas pela proposição objetivam direcionar o modelo de construções utilizadas em prédios públicos, visando maior sustentabilidade ambiental com menor consumo de energia.

Portanto, não interferirá na "criação, estruturação e atribuição" da Secretaria de Obras (SEOP) ou mesmo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Isto pois a definição de material obrigatório às construções de prédios públicos, consentâneo à política ambiental paranaense e brasileira, não criará novas secretarias, não interferirá em sua estruturação e sequer definirá nova atribuição para a Secretaria de Obras (SEOP).

Ainda, confirma-se a constitucionalidade da medida em decorrência do artigo 24, VI, da Constituição Federal e do artigo 53, XVII, da Constituição do Estado do Paraná, que disciplinam a competência estadual, especificamente do **membro do legislativo**, para legislar concorrentemente em matéria ambiental, nestes termos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – Gabinete 805

Tel: 3350 4094 – 3254 8121 – 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:


(...)


XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Desta forma, diante da constitucionalidade da medida e da boa técnica legislativa utilizada, **voto pela aprovação do Projeto de Lei 342/2011.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente



Deputado Tadeu Veneri
Relator

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n - 8º andar - Gabinete 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br


vencido
Cesar Silvestre
Mário Lima
Otávio Ruck



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 342, DE 2011

Da COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE sobre o **Projeto de Lei nº 342**, de 2011, que *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos."*

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria dos DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES, trata da obrigatoriedade da instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de água de chuva quando da construção ou reforma de prédios públicos. O projeto especifica que o material a ser utilizado na implantação do referido sistema deve estar de acordo com as normas brasileiras em vigor e aferidos por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, *Normatização* (o correto é Normalização) e Qualidade Industrial (Inmetro). Dispõe, ainda, que os editais de licitação para obras de construção ou reforma de prédios públicos façam expressa referência à obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por energia solar e de aproveitamento de águas pluviais.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria recebeu parecer favorável do Relator, DEPUTADO TADEU VENERI, sendo aprovada por maioria de votos, sem emendas, e remetida à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais, nos termos do disposto no Art. 33-K do Regimento Interno, acrescido pela **Resolução nº 3**, de 27 de abril de 2011 (Diário Oficial da Assembléia nº 34, de 28 de abril de 2011).

A proposição pretende tornar obrigatório o aproveitamento racional de recursos naturais e de evitar o desperdício. Revela, sobretudo, preocupação com as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Elton Welter

fontes renováveis de energia disponíveis como o sol e a água. A energia solar é o recurso renovável mais importante do planeta e se apresenta como alternativa tanto para a produção de eletricidade quanto para o aquecimento de reservatórios de água. Além disso, o uso da energia solar não causa poluição e nenhum dano ao meio ambiente. Apesar de a água ocupar 70% da superfície da Terra, a maior parte, 97%, é salgada. Apenas 3% do total é água doce e, desses, apenas 0,01% vai para os rios, ficando disponível para uso. O restante está em geleiras, icebergs e em subsolos muito profundos.

Lembre-se aqui que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável, idealizou o Programa Regional sobre Consumo e Produção Sustentável para a América Latina e Caribe, que vem impulsionando diversas atividades e projetos, entre os quais o das chamadas "Construções Sustentáveis".

Por outro lado, como resultado de protocolo firmado entre o Inmetro, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e a Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava), foi instituído no País o Programa de Qualificação de Fornecedores de Sistemas de Aquecimento Solar – Qualisol. O objetivo é o de aumentar o conhecimento de fornecedores em relação ao aquecimento solar e a qualidade das instalações. Assim, se ao menos os prédios públicos economizarem energia e aproveitarem água de chuva, já se terá um considerável ganho para o meio ambiente.

No que diz respeito a aspectos técnicos, necessário realizar alterações em dispositivos do PL nº 342. Mais de uma ABNT NBR - sigla de Norma Brasileira aprovada pela ABNT -, e não Norma Brasileira Registrada, deverá ser observada em vista do disposto no art. 2º do projeto. Além disso, a **Medida Provisória nº 541**, de 2 de agosto de 2011, que "*Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências*", publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, alterou a denominação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO (art. 10), e ampliou as competências que lhe eram atribuídas.

III – VOTO

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, o voto é pela aprovação do PL nº 342, de 2011, nos termos do seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

SUBSTITUTIVO GERAL

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 2º É obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas na edificação.

Art. 3º Os materiais e instalações utilizadas na implantação do sistema deverão respeitar as Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).


Art. 4º Todo edital de licitação de obras de construção ou reforma de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva.


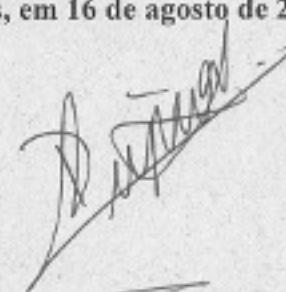

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não se aplica quando, por meio de estudo elaborado por profissional habilitado, ficar comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR






COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI 342/2011

AUTOR: DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

PARECER ACERCA DO SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

EMENTA: EMENDA EM COMISSÃO. MANUTENÇÃO TEOR E CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL E ADEQUADA AO REGIMENTO. APROVAÇÃO.

Síntese da tramitação:

A proposição n. 342/2011 foi aprovada nesta Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente recebeu substitutivo geral na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.



Fundamentação:

A alteração proposta pelo Relator da proposição na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente encontra guarida regimental, conforme previsão dos artigos 51, 137 e 141¹.

A alteração proposta na Comissão de Ecologia e Ambiente no tocante à denominação do órgão certificador de qualidade técnica é pertinente e de competência exclusiva do referido colegiado.

Sua matéria não foi alterada substancialmente, portanto persiste a constitucionalidade originária da proposição.

Desta forma, diante da constitucionalidade da medida e da adequação regimental e técnica da emenda, **voto pela aprovação**


¹ Art. 51. O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito. (...) § 3º Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto. § 4º Recebida a emenda, o Relator emitirá seu parecer. Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. § 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. § 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. § 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. § 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. § 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. § 6º A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembleia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior. § 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas: I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere; II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica; III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação. § 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva. § 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto. Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: (...) II – nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

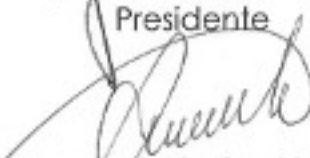


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
do substitutivo geral ao Projeto de Lei 342/2011 para que prossiga sua
regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator





Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – Gabinete 805

Tel: 3350 4094 – 3254 8121 – 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 342/11

Projeto de Lei nº 342/11

Autor: Deputados Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues, tem por finalidade principal tornar obrigatória a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, conforme cita o artigo 1º do referido projeto.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 342/11**, na qual passo a relatar:

Após análise constitucional aprovada pela CCJ, amparado a uma maior sustentabilidade ambiental e menor consumo de energia apresentada, não restam dúvidas, no que tange o mérito da matéria, nos reportar aos benefícios que esta lei trará ao meio ambiente, sem que para isso haja interferências na estruturação das Secretarias de Estado.

Cumpra a nós destacar que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

É de comum acordo que as atividades e obras realizadas pela sociedade nos dias de hoje, visem não prejudicar o meio ambiente, optando pelo uso racional de métodos que vão de encontro ao benefício único e exclusivo de valorização humana.

Esta proposta, apresentada em forma do **PL 342/11** ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro a uma das maiores preocupações do homem nos dias de hoje: a preservação do nosso planeta. Em sua composição, o projeto sugere fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas edificações públicas estaduais, promovendo desta forma uma conscientização e trabalhos fortes de combate ao desperdício quantitativo de água no Paraná.

O Art. 225 da Constituição Federal determina que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". **(Constituição Federal, Art. 225, Inc. VI)**

Sito o posto, restam evidente grandes benefícios no que tange o mérito desta matéria.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento minha demonstração **favorável ao Projeto de Lei nº 342/11**.

Baseando-se no artigo 1º da Constituição Estadual, no que se refere às disposições preliminares do Estado do Paraná, relevo o Inciso IX como embasamento de meu parecer, no que cita em um dos objetivos principais proclamados e assegurados pelo Estado: "*A Defesa do meio ambiente e da qualidade de vida*". **(Art. 1º, Inciso IX da Constituição do Estado do Paraná)**.

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar da preservação do meio ambiente como um ponto essencial e da busca por mecanismos que facilitem tal preservação. Isto posto justifica-se que tanto na Esfera Estadual como Federal, um dos pontos de

maior abrangência e preocupação é a preservação do meio ambiente e a busca de mecanismos como estes que permitam e facilitem tais procedimentos.

Desta forma e pelos benefícios tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 342/11**, em sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 342/11, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das sessões em 19 de setembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



FRANCISCO BUHRER

Relator

